

Crise de esperanças

* 5 NOV 1993

Educação

JORNAL DA TARDE

JOSÉ CARLOS AZEVEDO

Incluída a Emenda Constitucional de 1969, o Brasil teve sete Constituições republicanas. O que dá a média de 15 anos de vida para cada uma. Se houver uma revisão correta da atual Constituição, surgirá uma outra, pois a atual, a cidadã, foi inspirada em ideologia que, só após a queda do Muro de Berlim, revelou suas conseqüências verdadeiras.

O Brasil, por ser instável politicamente, consegue ser tão miserável que é agora o fardo negativo do desenvolvimento da América Latina, apesar de ter solo riquíssimo e baixa densidade demográfica. O fator principal é a educação, pois somos uma nação de ignorantes, bastando lembrar que, em 1988, dentre os 75.813.519 eleitores maiores de 16 anos, cerca de 68% não tinham o 1º grau completo.

O caos educacional se reflete mais gravemente no Legislativo e no Executivo, porque, dos três Poderes, só o Judiciário preenche seus cargos por concurso ou, de forma vinculada, pelo Chefe do Executivo. Por que um juiz de Primeira Instância precisa ter curso superior e prestar concurso e é exigida apenas uma idade mínima do candidato a presidente, senador ou deputado? Que perspectivas há para um País que não resolve seus problemas educacionais?

Nenhuma das duas pro-

postas de leis de diretrizes e bases da educação, em análise no Senado Federal, tem soluções quaisquer, até para as mais simples questões de educação brasileira. Por que há tantos cursos e tantas profissões no Brasil? Por que, na rede pública, o universitário custa mais de cem vezes que o aluno de 1º grau e por que, neste nível, é tão alarmante a repetência? Por que há tais discrepâncias entre os salários dos mestres dos três níveis de ensino? Por que os currículos são tão de-

mente enunciada a partir de Aristóteles, no *De Coelo* e na *Physica*; teve aprimoramentos matemáticos cada vez mais precisos e gerais e a ela estão associados por Euler, Lagrange, Hamilton, até os criadores das teorias unitárias dos últimos três decênios. **Entia non sunt multiplicanda praeter necessitatem** foi o enunciado que lhe deu Occan, "não se compliquem as coisas além do necessário".

É inútil ficarmos jungidos aos princípios do liberalismo

QUE PERSPECTIVAS HÁ PARA UM PAÍS QUE NÃO RESOLVE SEUS PROBLEMAS EDUCACIONAIS?

ficientes e alienados e os alunos permanecem tanto tempo nas escolas?

Em algum instante, o ciclo vicioso terá de ser rompido e é inútil esperar que a educação se aprimore de maneira tão rápida que os problemas nacionais se resolvam por completo; mesmo que isso pudesse ocorrer, os resultados viriam tardiamente. Há, entretanto, uma lei geral da natureza que pode servir de orientação. Sua origem foi traçada até os fisiologistas jônios, 600 anos antes de Cristo, e ela foi mais clara-

norte-americano que moldou, nas mentes cultas dos seus "pais fundadores", sua bicentenária Constituição, feita para aquele país e aquele povo, tão distintos do nosso. Por isso, adaptar ou copiar sua Constituição, como fizemos, nunca surtiu efeito, o que ocorreu até na minúscula República de Tierra Del Mar, nas Bahamas, que a adotou, letra por letra.

A Constituição de que necessitamos é a que nos transforma em nação civilizada e também a livrará da vergonha e do opróbrio de sermos

considerados um país de desonestos, de indolentes e cruelíssimos chacinadores de crianças, de amorais que toleram programas de TV que, a qualquer hora, exibem perversões, violências e imoralidades, garantidos por liberalismo fingido e falsa liberdade de expressão.

Talvez os congressistas, diante do imenso impasse, possam aproveitar a revisão e considerar um estudo, entregue há muitos anos ao ministro Leitão de Abreu, e propor que 1/3 dos cargos legislativos sejam preenchidos por concursos — feitos pelos TRE e revistos pelo TSE, por exemplo; que outro terço fosse eleito diretamente e o restante por indicação do STF. Com tal parlamento, poderia até ser dispensada a bilionária eleição direta do presidente da República, que seria escolhido pelo Congresso Nacional, dentre candidatos que, além de virtudes comuns e do requisito de idade, tenham um certificado de conclusão do 2º grau. Até a imunidade parlamentar acabaria, por desnecessária. Seria essa a maneira rápida e eficaz de construir o Brasil de amanhã?

O AUTOR

José Carlos Azevedo
é doutor em Física
pelo MIT e ex-reitor
da Universidade de
Brasília

